

Proposta de uma política de formação e desenvolvimento de coleções: Biblioteca do Instituto Federal do Rio de Janeiro - Campus Nilópolis.

Cássia Nogueira Santos (IFRJ) - cassia.santos@ifrj.edu.br

Cintia Luciano de Paiva (IFRJ) - cintia.paiva@ifrj.edu.br

Daniele Achilles (UNIRIO) - danyachilles1@yahoo.com.br

Lelia Mara Alves (FBN) - leliamara@ig.com.br

Tamara Luciano de Paiva (RECORD) - tamarapaiv@yahoo.com.br

Resumo:

Revisa a literatura na área de formação e desenvolvimento de coleções. Apresenta o histórico e missão da instituição IFRJ. Discute a elaboração de uma política de Formação e Desenvolvimento de Coleções (FDC) para a Biblioteca do IFRJ - Campus Nilópolis. Baseia o estudo na elaboração dessa política. Arrola as fases do processo de Desenvolvimento de Coleções. Propõe uma comissão de desenvolvimento de coleções para atendimento das reais necessidades de seus usuários. Norteia a pesquisa através da observação participativa, a aplicação de um questionário aberto, respondido pelas bibliotecárias da Instituição e pesquisas em fontes institucionais e diversas bibliográficas. Conclui que é necessário utilizar uma política de Desenvolvimento de Coleções como instrumento de gestão do acervo e contemplar tanto o público universitário quanto o médio-técnico de maneira coerente com objetivos da instituição.

Palavras-chave: *Formação e Desenvolvimento de Coleções - política. Instituto Federal do Rio de Janeiro - missão e objetivos. Biblioteca IFRJ - Campus Nilópolis.*

Área temática: *Temática I: Tecnologias de informação e comunicação - um passo a frente*

Proposta de uma política de formação e desenvolvimento de coleções: Biblioteca do Instituto Federal do Rio de Janeiro – Campus Nilópolis

Resumo:

Revisa a literatura na área de formação e desenvolvimento de coleções. Apresenta o histórico e missão da instituição IFRJ. Discute a elaboração de uma política de Formação e Desenvolvimento de Coleções (FDC) para a Biblioteca do IFRJ – Campus Nilópolis. Baseia o estudo na elaboração dessa política. Arrola as fases do processo de Desenvolvimento de Coleções. Propõe uma comissão de desenvolvimento de coleções para atendimento das reais necessidades de seus usuários. Norteia a pesquisa através da observação participativa, a aplicação de um questionário aberto, respondido pelas bibliotecárias da Instituição e pesquisas em fontes institucionais e diversas bibliográficas. Conclui que é necessário utilizar uma política de Desenvolvimento de Coleções como instrumento de gestão do acervo e contemplar tanto o público universitário quanto o médio-técnico de maneira coerente com objetivos da instituição.

Palavras-chave: Formação e Desenvolvimento de Coleções – política. Instituto Federal do Rio de Janeiro – missão e objetivos. Biblioteca IFRJ – Campus Nilópolis.

Área temática: Tecnologias de informação e comunicação – um passo a frente.

1 INTRODUÇÃO

As transformações tecnológicas, sobretudo o advento da internet, impulsionaram o processo de desenvolvimento de coleções, surgindo também diferentes suportes de informação, transcendendo o tempo e o espaço. Nesse contexto, os bibliotecários intensificaram suas preocupações com a problemática de como formar e desenvolver coleções, refletindo, especialmente, no armazenamento da informação registrada. No entanto, nem toda informação pode ser armazenada nas bibliotecas devido seu crescimento relacionado aos seus espaços físicos. Por isso, é preciso que haja planejamento para seleção das demandas informacionais das bibliotecas. Além disso, é necessária uma elaboração de uma política de formação e de desenvolvimento de coleções.

Diante dessas considerações, este estudo objetiva abordar, a partir da revisão de literatura, a importância de uma política de desenvolvimento de coleções para Biblioteca do Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ, Campus Nilópolis, visto que não existia essa política até o presente momento.

Para dar conta desse estudo foi necessário fazer um levantamento bibliográfico a respeito do tema principal “elaboração de políticas de desenvolvimento de coleções”. E adotada a metodologia da coleta de dados, através de questionário aberto aplicados e direcionados às bibliotecárias do IFRJ do Campus Nilópolis. A aplicação desse instrumento de coleta de dados demonstrou que não existe uma política de desenvolvimento de coleções para esta biblioteca e por este motivo surgiu o interesse por esse tema.

Sendo assim, pode-se verificar a grande necessidade na elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções para atendimento das reais necessidades do seu usuário, oferecendo uma coleção equilibrada, coerente, dinâmica e atualizada.

2 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES: REVISÃO DE LITERATURA

Fonseca (2007) ressalta que a biblioteca não pode ser um aglomerado de livros e revistas amontoados pelo mero acaso. Com essa afirmação, o autor evidencia a importância de uma política de desenvolvimento de coleções para a formação coerente dos acervos.

Evans (2000) define desenvolvimento de coleções como um processo de identificação das fortalezas e fraquezas das coleções de uma biblioteca em termos das necessidades dos usuários e dos recursos da comunidade, na tentativa de corrigir fraquezas existentes, se houver.

Segundo Figueiredo (1991), o processo de desenvolvimento de coleções, quando bem executado, irá assegurar a qualidade e o tamanho da coleção em concordância com as necessidades informacionais dos usuários.

Vergueiro (1997) afirma que o processo de desenvolvimento de coleções não está somente baseado em critérios de custo-benefício, mas, sobretudo, em políticas de seleção, aquisição, avaliação e desbastamento onde são consideradas, também, desde as características inerentes ao campo de conhecimento no qual a seleção ocorre às particularidades específicas dos clientes e do próprio ambiente no qual os serviços de informação se localizam.

De acordo com Vergueiro (1989), o desenvolvimento de coleções é um processo cíclico que se divide em seis etapas interdependentes. Essas etapas são o estudo da comunidade, políticas de seleção, seleção, aquisição, avaliação, desbastamento e descarte. Esse processo é complexo, mas deve estar presente no cotidiano das bibliotecas. Assim, pode-se afirmar que acima de tudo é um trabalho de planejamento que exige comprometimento com metodologias.

Segundo Weitzel (2006) a política de desenvolvimento de coleções é um instrumento importante para desencadear o processo de formação e crescimento de coleções, constituindo-se num documento formal elaborado pela equipe responsável pelas atividades que apoiam o processo de desenvolvimento de coleções como um todo. Portanto, a política de desenvolvimento de coleções é um instrumento necessário para garantir a consistência e permanência do processo de desenvolvimento de coleções em uma biblioteca.

Finamente, as etapas de desenvolvimento de coleções foram conceituadas pela literatura da área em questão no texto acima, enfatizando a importância deste processo para as todas as bibliotecas.

3 IFRJ: história e missão

Conforme as informações no site institucional, O IFRJ, O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (2013), foi criado pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis (CEFET Química de Nilópolis-RJ), seguida da integração do Colégio Agrícola Nilo Peçanha, que era vinculado à Universidade Federal Fluminense.¹

Conforme seu estatuto, sua missão é promover a formação profissional e humana, por meio de uma educação inclusiva e de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento do país nos campos educacional, científico, tecnológico, ambiental, econômico, social e cultural. Tendo como visão, a consolidação da instituição como referência em educação profissional, científica e tecnológica, integrando as ações de ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na disseminação da cultura inovadora e em consonância com as demandas da sociedade. (ESTATUTO IFRJ, 2009)

¹ Site IFRJ - <http://www.ifrj.edu.br/instituicao/historico>

3.1 Breve histórico da Biblioteca IFRJ – Campus Nilópolis e sua missão

A inauguração da biblioteca ocorreu em 1994. É uma biblioteca mista, seu perfil é o atendimento aos usuários de catorze (14) cursos de diversas áreas e níveis do conhecimento humano e também aos docentes e aos técnico - administrativos desta Instituição. Ela tem como missão de oferecer apoio e suporte informacional as atividades de ensino, pesquisa e extensão de sua comunidade.

Os cursos que a biblioteca atende são os cursos do ensino médio – técnico (Curso de Controle Ambiental, Manutenção e Suporte em Informática (EJA), Técnico em química); graduação nas áreas (Bacharelado em Química, Licenciatura em Física, Licenciatura em matemática, Licenciatura em Química, Tecnologia em Gestão da Produção Industrial, Tecnologia em Produção Cultural) e pós graduação – Lato Sensu (Especialização em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação, Especialização em Educação de Jovens e Adultos, Especialização em Gestão Ambiental) e Stricto Sensu (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências (PROPEC)).

3.2 Composição do seu acervo

Atualmente, a Biblioteca do Campus Nilópolis apresenta um acervo composto de livros técnicos e científicos, periódicos doados, trabalhos de conclusão de curso (tccs da graduação e pós - graduação), dissertações, relatórios de estágio, teses, CDS, DVDS, obras de referências, a saber: guias, dicionários, enciclopédias, manuais etc.. A divisão da coleção compreende as áreas de ciências exatas e da terra, ciências sociais aplicadas, ciências humanas, ciências tecnológicas, Linguística, letras, literaturas e artes.

Até a presente data a biblioteca possui em sua totalidade cerca de 15.000 exemplares destinados a sua comunidade. A Biblioteca não possui uma política definida de desenvolvimento de coleções. As justificativas apresentadas pelas repostas das bibliotecárias do campus foram as duplicações de títulos no acervo, a não participação do profissional bibliotecário na comissão de seleção e aquisição da

biblioteca e finalmente nenhuma política adotada para obras desatualizadas e sem preservação.

Conforme a LDB (1996), no seu artigo 14, os princípios que norteiam os sistemas de ensino são:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Compreende-se que desta forma, deve existir a integração do profissional bibliotecário juntamente com corpo docente quanto à elaboração de projetos pedagógicos que contribuirá para melhores resultados na proposta de uma política de desenvolvimento de coleções.

4 PROPOSTA DE POLÍTICA DE FORMAÇÃO DO ACERVO

Conforme Miranda (2007), a formação e expansão de seu acervo, a biblioteca deve estabelecer sua política de desenvolvimento de coleções que será materializada em documento, no qual serão levadas em consideração, dentre outros, os seguintes dados essenciais: os objetivos da biblioteca, o estado atual da coleção, as necessidades informacionais da comunidade a ser servida, orçamentos e outros recursos informacionais disponíveis. Deve constar no documento, a indicação da responsabilidade nas decisões para a seleção do acervo, ou seja, se deve haver uma comissão.

De acordo com os questionários respondidos pelas bibliotecárias do Campus Nilópolis, não existe uma comissão composta por bibliotecários para o processo de FDC. Ao contrário do que aborda Romani; Borszcz (2006), a comissão deve ser composta por: 01 (um) bibliotecário, responsável pela unidade de informação; 01 (um) representante das principais áreas de atuação (coordenador do curso) da instituição à qual está diretamente subordinada; 01 (um) representante da área administrativa (setor de compras).

Recomenda-se também uma coordenação para esta comissão que seja de responsabilidade do bibliotecário, o qual precisará convocar os demais membros para reuniões periódicas e/ou reuniões extraordinárias. Quando ocorrer impossibilidade de agrupar a comissão, o bibliotecário tem o poder de decisão.

Vergueiro (1989) esclarece que a política deve ser proposta por uma equipe ou comissão formada por profissionais, usuários, devidamente analisada e aprovada pelos órgãos competentes. Precisa ser explicitada por um documento flexível que permita acréscimo e modificações, o qual deve conter a identificação dos responsáveis, os critérios utilizados no processo, os instrumentos auxiliares, as políticas específicas e os documentos correlatos.

Como aborda Vergueiro (1989) apud Dias e Pires (2003), essa comissão deve considerar sua responsabilidade em relação à análise dos objetivos gerais da organização à qual está inserida a biblioteca enfatizando os seguintes critérios:

- a) definição da extensão e a profundidade na cobertura temática da coleção, segundo os diferentes níveis da comunidade a ser atendida;
- b) conhecimento da situação da coleção a fim de elaborar o orçamento necessário para solucionar os problemas;
- c) procedimento da análise quantitativa da coleção; coberturas de áreas de maior demanda da comunidade,
- d) definição das prioridades da seleção; determinação de critérios para intercâmbio de material bibliográfico e recebimento de doações e descartes;
- e) atendimento a todas as sugestões, procurando atender as solicitações e comunicando ao solicitador sobre a aquisição ou não do item solicitado. Como enfoca Figueiredo, a saber:

O Desenvolvimento de Coleções é um processo que envolve as seguintes atividades: política de seleção, seleção, aquisição, desbastamento, remanejamento, descarte ou seleção negativa, avaliação, estudo de comunidade, conservação e restauração. FIGUEIREDO (1993, p. 64).

Para Vergueiro (1989, p. 17), o desenvolvimento de coleções, aliado a outros fatores como formação dos profissionais e reconhecimento social da profissão,

poderá contribuir, em grande escala, para que o próprio bibliotecário reconheça como é importante desenvolvê-las.

4.1 *Estudo da Comunidade*

De acordo Miranda (2007), os usuários influenciam o processo de seleção, não apenas como um dos fatores decisivos na preferência dos títulos, mas também contribuem com suas sugestões. As indicações recebidas daqueles que frequentam a biblioteca, colhidas por meio do estudo de usuários, são relevantes na seleção do acervo. Esse estudo é realizado cuidadosamente com o uso de instrumentos de pesquisa (entrevistas, questionários, formulários, observação etc.).

Sabe-se que a Biblioteca do IFRJ do Campus Nilópolis atende um público heterogêneo de usuários, justamente por possuir característica de biblioteca escolar e universitária. São os seguintes usuários: aluno do ensino médio – técnico, e aluno da graduação, aluno da pós – graduação, funcionário (professores e técnico - administrativos).

4.2 *Política de seleção*

Em relação à seleção, Figueiredo (1993, p. 64) afirma que é “a função do desenvolvimento da coleção; processo de tomada de decisão para títulos individuais”, buscando-se eleger regras claras que habilitem o responsável pelo gerenciamento do acervo.

Este procedimento na seleção é indispensável, visto que de nada valeria ter um acervo imenso, porém inadequado aos usuários, pois, sem eles, a biblioteca não passaria de um depósito de documentos, e deixaria de realizar seu papel de organizar, processar e disseminar as informações, objetivando sua difusão e criando meios para a proliferação do saber para futuras gerações.

A seleção está totalmente vinculada à finalidade da biblioteca, podendo ser restrita ou não-restrita. A instituição criadora, ao elaborar o Regimento interno da Biblioteca, determinará o público a ser alcançado e também sua finalidade.

4.2.1 Seleção da Bibliografia Básica

Quando se tratar de material nacional, basicamente, o número de exemplares deve ser calculado na base de 05 (cinco) exemplares por disciplina do curso, além do exemplar de consulta que deverá permanecer no acervo da Biblioteca (com tarja vermelha na lombada).

Para casos de redução do número de exemplares, veja abaixo:

- títulos de custo alto, que excedam o orçamento da Biblioteca, impedindo a compra de outros exemplares;
- materiais de assuntos polêmicos e de pouca aceitação científica (por exemplo, quando um título é solicitado por apenas um professor, quando a maioria desaprova ou não adota o mesmo);
- obras, que em determinado período, estão sujeitas a alterações e atualizações;
- outros casos que poderão ser observados e devidamente justificados.

Os livros importados serão adquiridos quando não existir uma adequada tradução em português ou espanhol. Nesse caso, o livro-texto importado não será adquirido na mesma proporção do livro-texto nacional. Será adquirido apenas um exemplar de cada título. Tal restrição faz-se necessária em virtude do pequeno número de usuários que têm acesso a documentos escritos em outros idiomas.

4.2.2 Seleção da coleção de referência

Por ser material que permanece na Biblioteca para consulta rápida, é necessário que se adquira no mínimo 03 (três) exemplares de obras diversas com caráter de referência. Entretanto, dependendo da demanda ou exigência do docente, pode-se adotar a política de mais exemplares (por exemplo, dicionários bilíngues, técnicos de área específica, entre outros).

Será de competência da Biblioteca a seleção desses materiais, consultando especialistas no assunto/área e dos professores, quando solicitado em plano de ensino.

4.2.3 Seleção da Bibliografia complementar

Serão adquiridos no mínimo 03 (três) exemplares desse material, de acordo com as possibilidades e demanda da Biblioteca, exceto nos casos em que haja pedido expresso efetuado pelos solicitantes que justifiquem a necessidade de um número maior de exemplares.

4.2.4 Seleção de periódicos técnico-científicos

A Biblioteca deve adquirir periódicos de informações gerais e especializadas (locais, estaduais, nacionais e internacionais), mas como são muitas as publicações periódicas existentes, a Biblioteca estabelecerá critérios de prioridade para aquisição das mesmas:

- periódicos de referência nas diversas áreas de conhecimento dos cursos que a Instituição oferece;
- periódicos cujos títulos já fazem parte da lista básica, conforme indicação dos docentes;
- periódicos para dar suporte aos conteúdos programáticos e propostas pedagógicas;
- periódicos para os cursos em fase de reconhecimento, implantação, credenciamento ou reconhecimento;

Há cada 02 (dois) anos, a Biblioteca deverá realizar uma avaliação da coleção de periódicos correntes, com o objetivo de colher subsídios para tomada de decisão para a compra (ou interrupção da assinatura) dos mesmos. Para isso, a listagem dos títulos atualmente adquiridos será enviada a Direção de Ensino do Campus e aos professores coordenadores de curso para análise com a participação do profissional bibliotecário, no sentido de se realizar:

- cancelamento de títulos que já não atendem as suas necessidades;
- inclusão de novos títulos necessários para o desenvolvimento do conteúdo programático e/ou atualização;
- manutenção dos títulos já adquiridos.

São critérios para inclusão de títulos de periódicos:

- títulos solicitados pelo corpo docente;
- títulos publicados na área sem que haja equivalente disponível na Biblioteca;
- quando houver necessidade de novo título em decorrência de alteração de currículo de disciplina;
- quando houver a implantação de novos cursos.

4.2.5 Seleção da produção científica

Serão incorporados no acervo toda produção científica da instituição, ou seja, artigos científicos dos docentes, funcionários, discentes.

4.2.6 Seleção dos trabalhos acadêmicos

Serão mantidos no acervo da biblioteca, um exemplar de trabalhos de conclusão de curso, teses e dissertações produzidos por discentes da Instituição, para que possam servir como referência de pesquisa.

4.2.7 Seleção dos materiais informacionais recebidos por doação

A instituição ou pessoa física que doar obra para a Biblioteca deve encaminhar materiais em bom estado de conservação e reservando ao Setor de seleção o direito de dispor das obras doadas de acordo com seus critérios de seleção do acervo.

Deixar claro para o doador que a Biblioteca poderá incorporar ou não o material ao acervo e descartá-lo quando o mesmo não estiver de acordo com os objetivos e normas estipuladas pelo Setor.

Serão aceitos títulos que satisfaçam as necessidades de informação e que constem na bibliografia básica e complementar dos cursos do ensino médio, graduação, pós-graduação e mestrado e seja coerente com a proposta pedagógica.

4.3 Aquisição do acervo

Maciel (2000, p. 21) conceitua aquisição como o “processo que implementa as decisões da seleção. Esta função inclui todas as atividades inerentes aos processos de compra, doação e permuta de documentos”. Como também, a coleção é formada por meio dos processos de compra, doação e permuta. Esse processo, por compra, requer um trabalho esmiuçador por parte do profissional encarregado, para que haja uma perfeita correspondência entre a lista sugerida de aquisições e os materiais adquiridos.

Na Administração Pública, os materiais bibliográficos (livros, periódicos e outros) são classificados como “material permanente”. Nessas instituições, os processos de compras devem ser executados conforme destaca a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo realizados através de licitação, que engloba três modalidades: convite, tomada de preço e concorrência, variando conforme o valor de compra. Este processo é feito pela coordenação dos cursos da instituição e direção de ensino sem a participação do profissional bibliotecário.

De acordo com a bibliotecária do Campus, quando a biblioteca recebe doações ou realiza permuta, é feito um levantamento para saber se o documento é necessário para compor o acervo.

Miranda (2007) afirma que todo material originário dessas modalidades deve ser analisado antes de sua incorporação definitiva ao acervo para não se criar uma coleção imensa, porém, fora da realidade dos interesses a que se destina.

Diante da escassez financeira, na maioria das organizações, é essencial considerar as possibilidades de partilhar os recursos para a redução das dificuldades com o desenvolvimento de coleções, buscando-se otimizar a aplicação dos recursos. A aquisição cooperativa, exemplo desse compartilhamento de recursos, é a decisão de várias bibliotecas de uma localidade, com os mesmos interesses e especializações de assuntos, em estabelecerem uma rede de aquisição com trocas de informações permanentes.

4.4 *Desbastamento, descarte, remanejamento, preservação e conservação*

A atividade desbastamento, de acordo com Figueiredo (1993, p. 64), é o “processo de extrair títulos ou partes da coleção, quer para remanejamento, quer para descarte”. Desbastamento não se refere unicamente a um simples expurgo de materiais, conforme se vê no descarte. Envolve também o remanejamento e conservação/preservação da coleção.

Já atividade de descarte ou seleção negativa conforme Figueiredo (1993, p. 64), é o “processo de retirada de títulos ou partes da coleção para fins de doação, permuta ou eliminação”.

Já atividade remanejamento, Figueiredo (1993, p. 64) ressalta como o “processo de retirar títulos ou partes da coleção para outros locais menos acessíveis”. Sendo um processo de transição realizado, normalmente, antes do descarte. Seu principal objetivo é evitar o descarte prematuro de alguma obra. Vale destacar que ele é um processo dispensável, já que se não houver dúvidas quanto à obsolescência do título, poderá fazer o descarte imediatamente.

Preservação: “Recomposição de obras raras para armazenamento especial” (FIGUEIREDO, 1993, p. 64).

Conservação: “Retirada temporária da obra para recomposição física” (FIGUEIREDO, 1993, p. 64).

Miranda (2007) aborda as atividades de Conservação/preservação como a retirada temporária de publicações do acervo ativo por necessitarem de restauração. Geralmente, são raras as obras selecionadas para reparação, sendo, pois importantes na composição do acervo por possuírem valor histórico, cultural etc.

4.5 *Avaliação do acervo e sua política*

A avaliação da coleção é sistemática e deve ser entendida como um processo empregado para medir a importância e a adequação do acervo com vistas à finalidade da biblioteca, possibilitando a manutenção ou a alteração dos parâmetros relativos à aquisição, à acessibilidade e ao descarte.

Portanto, é imprescindível ao bibliotecário estar atentos aos assuntos e as transformações ocorridas na área relativa à especialidade de sua biblioteca.

Miranda (2007) aborda que os métodos utilizados para avaliação do acervo são: quantitativos (tamanho e crescimento) e qualitativos (julgamento por especialistas, análise do uso real). Os resultados da avaliação são comparados e analisados, buscando-se a extração de conclusões objetivas a serem usadas na política de desenvolvimento de coleções.

A avaliação qualitativa, por meio do julgamento por especialistas no assunto, pode trazer alguns problemas, conforme destaca Lancaster (1996): o especialista, talvez, não seja completamente imparcial, como também, pode não estar familiarizado com o perfil da comunidade que a biblioteca atende.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Vergueiro (1989), nesse cenário, o desenvolvimento de coleções necessita ser um processo ininterrupto e cíclico, permanecendo em constante progresso. No entanto, é necessário elaborar uma política de desenvolvimento da coleção que conglomere os objetivos dos planos de ensino da instituição, no tocante a englobar a literatura básica e complementar, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão no processo de seleção, considerando todos os fatores relevantes aos interesses da comunidade acadêmica, como também avaliar a coleção periodicamente para preservar a qualidade e a idoneidade do acervo.

Enfim, essa política proposta visa adequar o acervo a dinâmica educacional fazendo com que esta Biblioteca atenda aos objetivos da instituição, da comunidade estudantil e acadêmica. Sugere-se que a cada 02 (dois) anos, a política de desenvolvimento de coleções deverá ser revista pela sua Comissão sendo sempre submetida à aprovação da Comissão composta por bibliotecários e docentes coordenadores do curso. Sendo a decisão final desse processo feita pelo bibliotecário presidente desta comissão.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Diva; VERGUEIRO, Valdomiro. **Aquisição de materiais de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro 1996**. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 29 jan. 2013.

_____. **Lei 8.666, de 21 de junho de 1993**. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 31 jan.2013.

DIAS, Geneviane; SILVA, Terezinha Elizabeth da; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Políticas de informação nas bibliotecas universitárias: um enfoque no desenvolvimento de coleções. **Rev.digit. bibliotecon. Cienc. Inf.**, Campinas, v.11, n.1, p.39-54, jan./abr. 2013.

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. **Formação e desenvolvimento de coleções e serviços de informação**. São Carlos: EDUFSCAR, 2003.

EVANS, G. Edward. **Developing library and information center collection**. 4.ed. Englewood: Libraries Unlimited, 2000.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Metodologias para promoção do uso da informação**: técnicas aplicadas particularmente em bibliotecas universitárias e especializadas. São Paulo: Nobel, 1991.

_____. **Estudo de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994.

_____. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. Rio de Janeiro: Rabiskus, 1993.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2007.

IFRJ. **Regimento Geral do Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <
<http://www.ifrj.edu.br/.../REGIMENTO%20GERAL%20DO%20IFRJ.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2013.

IFRJ. **Estatuto**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <
http://www.ifrj.edu.br/webfm_send/493. Acesso em: 29 jan. 2013.

LANCASTER, F.W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Tradução de Antonio Agenor Brinquet de Lemos. Brasília: Brinquet de Lemos, 1996.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. *Bibliotecas como organizações*. Rio de Janeiro: Interciência, 2000

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. A política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas. *Inf. & Soc.*, João Pessoa, v.17, n.1, p.87-94, jan./abr. 2007.

ROMANI, Claudia; BORSZCZ, Iraci (Orgs.). *Unidades de informação: conceitos e competências*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2006.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. Brasília: Brinquet de Lemos, 1995.

_____. **Desenvolvimento de Coleções**. São Paulo: Polis: APB, 1989.

_____. Desenvolvimento de Coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. *Ci. Inf*, Brasília. v. 22, n.1, p. 13-21. Jan./abr. 1993.

APÊNDICE A – Questionário

1. Caracterize a tipologia documental do acervo da biblioteca do IFRJ (Nilópolis)?
2. Como é feita atualmente a seleção e aquisição do material da biblioteca?
3. A biblioteca participa ativamente das reuniões do corpo pedagógico para a seleção e aquisição do material bibliográfico?
4. A Biblioteca da IFRJ - Campus Nilópolis possui uma política de desenvolvimento de coleções?
5. Com que periodicidade e como é realizado atualmente o descarte do acervo?
6. Com que periodicidade são feitas as aquisições de novos materiais?
7. Qual a sua expectativa como bibliotecária em relação à elaboração de uma política de desenvolvimento de coleção para a biblioteca? Acredita que possa ser adequada a todos os usuários?